

Uma introdução à história da actividade arqueológica na área em estudo

“ (...) if archaeology cannot produce some kind of cumulative understanding of the past and a commentary that is at the least partially independent of specific historic contexts, what scientific, as opposed to political, psychological, or aesthetic, justification can be offered for doing archeological research?”

Trigger, 1989, p. 1

Desde os primórdios da actividade arqueológica em Portugal que a Estremadura foi uma área bastante investigada, tanto a partir da iniciativa de arqueólogos regionais como também através da acção das primeiras instituições interessadas na actividade arqueológica.

A história das investigações realizadas na área da Ribeira de Cheleiros só pode ser entendida no espaço mais amplo da Península de Lisboa e da Estremadura. Tratando-se de uma unidade de teor geográfico, não deve ser passível de uma abordagem historiográfica individualizada já que integra uma heterogeneidade de percursos de investigação em quase 150 anos de actividade arqueológica. A diversidade de personagens, trajectos e interpretações leva-me a equacionar esta abordagem em núcleos temáticos, comentados muito sucintamente: povoados fortificados, povoados abertos, megalitismo funerário e não funerário e a questão do campaniforme.

A história das actividades arqueológicas no concelho de Mafra remonta à segunda metade do século XIX, surgindo então os importantes estudos de Estácio da Veiga (Veiga, 1879) que publica um estudo monográfico denominado *Antiguidades de Mafra* no qual se esboça uma compreensão da história de Mafra em três momentos distintos: o Neolítico, a ocupação romana e o período islâmico. A arqueologia pré-histórica já então resume-se aqui a um enunciar de pistas toponímicas para a identificação de um megalitismo desaparecido, o estudo dos machados de pedra polida e de cavidades que denomina por tulhas (Gonçalves, V. e Sousa, 1996). Paralelamente aos trabalhos de Estácio da Veiga, a *Comissão dos Trabalhos Geológicos*, reestruturada em 1857 na *Comissão Geológica do Reino* (com Nery Delgado e Carlos Ribeiro) efectua trabalhos pontuais para uma primeira imagem do Paleolítico da área. A *Real Associação dos Archeologos e Architectos Civis Portugueses* fundada na mesma época (1867), também se dedica às antiguidades mafrenses incluindo um correspondente de arte – Joaquim Gomes – em Mafra.

Simultaneamente, na outra margem da Ribeira de Cheleiros, o concelho de Sintra assistia a uma actividade arqueológica bastante activa. Efectua-se então a identificação e escavação das antas da zona produzindo a sua primeira e única monografia (Ribeiro, 1880). A precocidade dos trabalhos de Carlos Ribeiro permitiu a salvaguarda de informação ameaçada, já que algumas das antas tinham sido violadas, grutas artificiais como a Folha das Barradas puderam ser registadas no acto da sua destruição. Também outros investigadores como Maximiano Apollinário, tiveram um importante papel, nomeadamente na identificação dos *tholoi* de S. Martinho (Apollinário, 1896).

A este arranque se sucede um período de curtas notícias que se limitam a achados isolados. Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1891, 1919-20), Gabriel Pereira (Pereira, 1913), Felix Alves Pereira (Pereira, 1914), Vergilio Correia (Correia, 1914) são alguns dos arqueólogos que noticiam episodicamente a arqueologia mafrense (e também investigados no concelho de Sintra).

Um novo esforço de investigação no concelho de Sintra tem inicio nos finais dos anos 50, com o Encontro de Arqueologia de Sintra, publicados pelos Serviços Geológicos de Portugal. Cunha Serrão e Prescott Vicente tornam-se então dois dos investigadores com trabalhos continuados desde as primeiras escavações em Olelas, até às investigações empre-

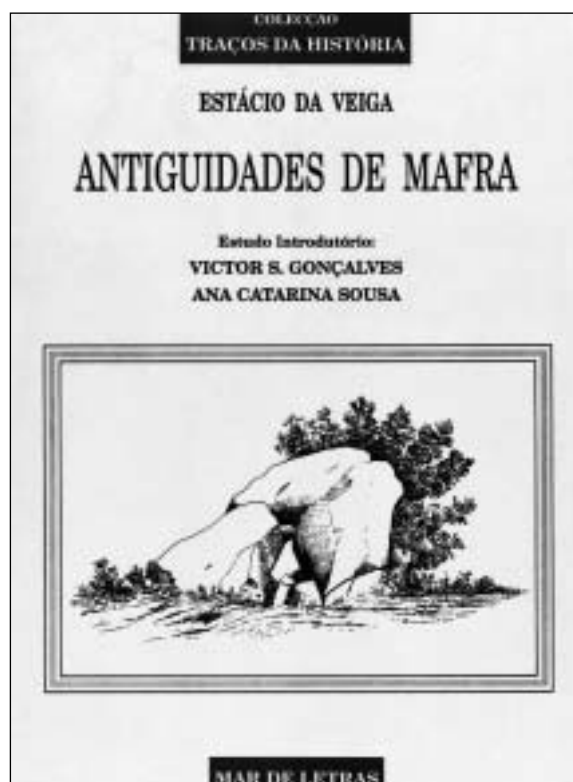
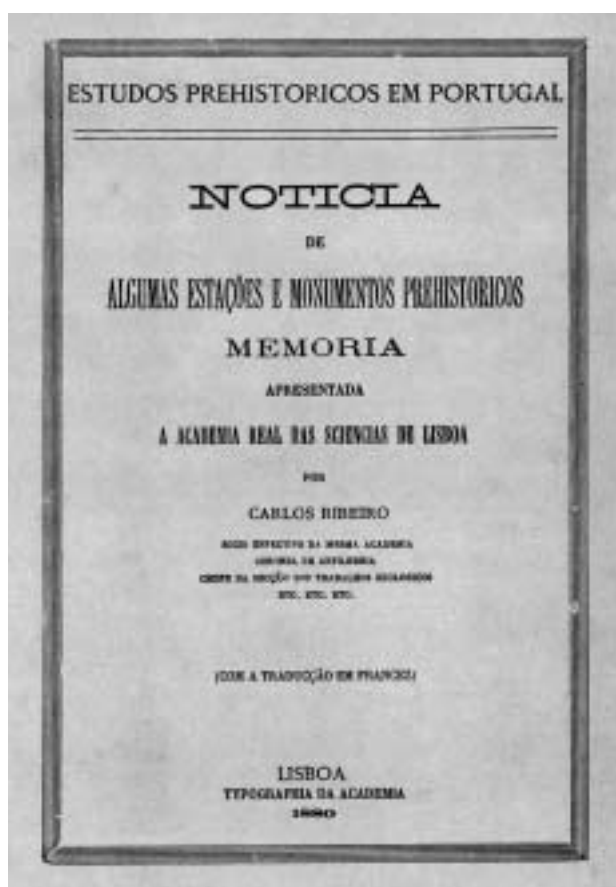


FIG. 5 – Frontiscipios de obras que marcaram a investigação arqueológica de finais do século XIX na área em estudo.

endidas nos sítios de Negrais, publicadas nos anos 80. Frequentemente investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal como Veiga Ferreira efectuam trabalhos de escavação em povoados como a Penha Verde, monumentos megalíticos como os de Trigache, A-da-Beja e Pedras da Granja. Particularmente importante é a publicação exaustiva de materiais e estruturas do megalitismo da região pelos Leisner, tanto em volumes gerais como os *Megalithgräber* como em publicações como as da Praia das Maças e Casaínhos.

Nos inícios dos anos 80, a criação do Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia de Sintra possuía então uma massa de informação arqueológica muito avultada e de difícil gestão, com a realização de novos trabalhos arqueológicos na Praia das Maças, em Oelhas (Ludgero Marques Gonçalves) e em novos sítios como o sítio neolítico de S. Pedro de Canaferrim (Simões, 1997 e no prelo) ou Magoito (José Morais Arnaud).

Em confrontação com esta longa e profícua história de investigações, em Mafra existiram largos anos sem qualquer actividade arqueológica. É somente a partir da década de setenta que se intensificam os esforços de investigação arqueológica em Mafra. Dever-se-ão destacar os trabalhos desenvolvidos por José Morais Arnaud no povoado calcolítico do Penedo do Lexim (Arnaud [et al.], 1971; Arnaud 1974-77), a interrupção das campanhas de escavação e a trágica diáspora do seu espólio material (no Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida, Museu Nacional de Arqueologia). Outros sítios são também intervencionados por este mesmo investigador (concheiro mesolítico de S. Julião) ficando-se o seu estudo por notícias preliminares. Além deste investigador, outros arqueólogos direccionam então a sua acção para Mafra: Carlos Penalva, Georges Zbyszewski e João Cardoso retomam o estudo do paleolítico do actual concelho; Eduardo Prescott Vicente e Gil Migueis de Andrade abordam alguns sítios da Idade do Bronze e Ferro (Vicente e Gil, 1970) e escava-se em 1978 o *tholos* da Tituaria, recentemente publicado (Cardoso [et al.], 1997).

I. Os povoados fortificados calcolíticos

A história das investigações sobre os povoados fortificados calcolíticos é profundamente marcada pelas “estórias” de alguns dos sítios paradigmáticos da arqueologia pré-histórica portuguesa, sítios precocemente identificados e quase todos com extensas campanhas de escavação (por longuíssimos períodos) e com escassa informação tratada, publicada e compreendida. O cenário desta investigação é o espaço da Estremadura (onde a actividade arqueológica desenvolvida é maioritariamente deste período), sendo necessário aguardar pelos anos 70 para dimensionar esta realidade a Sul (no Alentejo e Algarve) e a Norte.

Os inícios em fim de século

Em finais do século XIX, próximo da capital desenvolvem-se os primeiros estudos de povoados, paralelamente à identificação de monumentos megalíticos: em Sintra, Oeiras e em Mafra.

O povoado de **Liceia** é testemunho da longevidade destas investigações, conhecido desde a segunda metade do século XIX tem mantido um fluxo descontínuo de investiga-

ção desde 1860 com os trabalhos de Carlos Ribeiro, até à actualidade com as campanhas de escavação de João Cardoso. As investigações do século XIX produziram aquela que foi durante muito tempo a única monografia de um povoado fortificado calcolítico no actual território português. A *Notícia da estação humana de Licêa* (Ribeiro, 1879), inclui uma documentação exaustiva dos trabalhos de prospecção e escavação deste povoado e da cavidade natural de Liceia, além de considerações sobre os materiais arqueológicos e osteológicos recolhidos.

Será igualmente Carlos Ribeiro que identifica o povoado fortificado de **Olelas** “na corada da montanha d’Ollela” (Ribeiro, 1978, p. 95), sítio inserido na área da Ribeira de Cheleiros (Ribeiro, 1879), onde o investigador dos Serviços Geológicos recolhe algum espólio arqueológico posteriormente estudado por Vergílio Correia (Correia, 1914) e Mello Nogueira (Nogueira, 1931) que procede à localização do povoado e das grutas do vale da Calada.



FIG. 6 – O Penedo do Lexim segundo Estácio da Veiga (Veiga, 1879, Est. 3).

A investigação do **Penedo do Lexim** por Estácio da Veiga coincide cronologicamente com os trabalhos de Carlos Ribeiro, inclusive na data da sua publicação (Veiga, 1879, p. 28-30). Os comentários de Estácio da Veiga a este sítio restringem-se porém a comentários de natureza geomorfológica - “enormes massas prismáticas, umas isoladas e outras compondo soberbos grupos, determinavam a essência geológica d’aquelle recortados corucheos” (Veiga, 1879, p.29) e da sua cobertura vegetal. O interesse de Estácio da Veiga por este sítio está relacionado com a sua implantação na paisagem envolvente (Gonçalves, V. e Sousa, 1996) e com a abundância de topónimos sugestivos nas suas imediações que parecem indicar a existência de um povoamento antigo (porventura pré-histórico), neste local.

Em finais do século XIX, começa então a esboçar-se uma primeira imagem do povoamento Neolítico e Calcolítico, citando-se Liceia como “sítio indicador” de um castro neolítico e Pragança como castro neolítico e dos primeiros metais (Vasconcellos, 1895).

Estácio da Veiga e Nils Åberg surgem com leituras percursoras do Calcolítico entendido como fenómeno local, adoptando um indigenismo rapidamente abandonado (Gonçalves, V., 1989).

Estes primeiros trabalhos em sítios com fortificações calcolíticas são contemporâneos dos trabalhos dos irmãos Siret no Sudeste espanhol. Com as primeiras publicações de Los Millares e Almizaraque (Siret, 1887) inauguram-se as explicações de teor orientalizante, porventura influenciadas pelas publicações de Schliemann em Tróia e Micenas.

A sucessão das campanhas

Ao dinamismo da segunda metade do século XIX, segue-se a estagnação que predomina em boa parte do século XX. Durante este período são publicadas pequenas notícias de materiais recolhidos em sítios já identificados, por investigadores como Leite de Vasconcelos, Joaquim Fontes, A. Oliveira e J. V. Brandão, Vergílio Correia em sítios como Liceia, Pragança, Penha Verde, Olelas... Paralelamente, algumas pequenas notícias vão trazendo novos sítios calcolíticos ao panorama arqueológico nacional.

Será somente em finais dos anos 30 que se despoleta o estudo dos povoados fortificados calcolíticos iniciando-se então campanhas de escavações extensas em alguns dos sítios mais emblemáticos do Calcolítico peninsular.

Vila Nova de São Pedro é sem dúvida o paradigma desta realidade. Identificado nos anos 30, é objecto das primeiras escavações em 1938 sob a direcção de Hipólito Cabaço. A estes primeiros trabalhos se sucederam muitos outros ao longo das campanhas de E. Jalhay (1937), Afonso do Paço (a partir de 1950), Sangmeister e Paço (de 1955 a 1963).

Os primeiros títulos somente são publicados nos anos 40 (Jalhay e Paço, 1945) com vasta repercussão nos meios arqueológicos ibéricos marcando um retomar do interesse pela Idade do Cobre. Os trabalhos realizados desde 1955 a 1963 por Sangmeister e Schubart constituíram uma importante massa documental.

Do **Zambujal**, identificado à mesma altura que Vila Nova de São Pedro (1938), são publicadas as primeiras notícias nos anos 40 (Jalhay, 1946), anos 50 (Sangmeister e Schubart), realizando-se escavações contínuas de 1964 a 1973 que darão origem às únicas monografias do Zambujal (Sangmeister e Schubart; Kunst, 1987).

Na **Pedra d'Ouro**, Hipólito Cabaço e Schubart efectuam os primeiros trabalhos.

Em 1951 efectuam-se as primeiras escavações em **Olelas** dirigidas por Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente, que aí irão introduzir uma nova metodologia.

A constante recolha de materiais em **Liceia** por mais de um século por investigadores nos seus passeios e coleccionadores vários como Álvaro de Brée pode indicar-nos o grau de exposição a que foi sujeito este sítio arqueológico.

Os tempos modernos

Com a investigação dos anos 70 assiste-se à derrocada de uma teia interpretativa orientalista, construída desde finais do século passado. Com efeito, o aparecimento das datações de ¹⁴C e a identificação e escavação de novos povoados fortificados fora das áreas “colonizadas” (correspondendo muito genericamente à Estremadura e ao Sudeste) vem redimensionar o estudo do Calcolítico e dos povoados fortificados em Portugal: “Zambujal, como Vila Nova de São Pedro, alimentava excelentemente o orientalismo, *de per si*, mas o

seu impacto caiu em flecha quando, em fins dos anos 70 e durante a década de 80 as escavações do Monte da Tumba e de Santa Justa vieram alargar o campo de análise” (Gonçalves, V., 1989), acrescentaria eu que os povoados fortificados e o Calcolítico se transformaram numa problemática à escala peninsular transcendendo largamente o Sudeste, foco mítico do Calcolítico peninsular, como no Sudoeste (sul do território português e Andaluzia), na Meseta Norte, no Noroeste e na já conhecida Estremadura. A Estremadura perde assim um estatuto de excepção conquistado até então e perde também o fulgor das novas linhas de investigação, uma vez que o aliciante desbravar de áreas não conhecidas levam então novos investigadores e novas formas de fazer arqueologia a outros pontos da Península. A pesada herança de uma investigação centenária na Estremadura com dados truncados, informação definitivamente perdida e a conquista de novos espaços de investigação conduziram a um gradual desaparecimento da investigação calcolítica nesta área. Revisitam-se sítios paradigmáticos e problemáticas insolúveis, mas tudo parece manter-se a um ritmo bem lento.

São efectuados trabalhos, alguns fundamentais, para tentar vislumbrar respostas e perspectivas que as longas campanhas de escavação não conseguiram (ou não puderam) obter. Em **Vila Nova de São Pedro** é realizado um corte estratigráfico por Savory (1983-84) que fornece uma leitura crítica da história da ocupação do povoado; a escavação das segundas e terceiras linhas defensivas por Victor S. Gonçalves vem redimensionar a morfologia da ocupação e lembrar que resta ainda muito por conhecer de um dos sítios arqueológicos mais paradigmáticos do panorama nacional: sem qualquer datação absoluta, estudo sistemático de áreas de ocupação, materiais arqueológicos, fases de construção e periodização. Muito embora existam algumas publicações recentes (Arnaud e Gonçalves, J., 1990, 1995) nestas está ausente a reflexão e a interpretação crítica necessária para regressar ao ponto de partida da história do Calcolítico do actual território português.

Também para o **Zambujal** a informação foi sistematizada na monografia de Schubart e Sangmeister (1981), infelizmente inacessível para a generalidade dos arqueólogos de expressão não-germânica. Novas abordagens são ensaiadas, como a execução de um programa de datações radiocarbónicas (Schubart e Sangmeister, 1982-83), a publicação sistemática das cerâmicas folha de acácia (Kunst, 1987) curtos estudos apresentados num colóquio em Torres Vedras (dir. Kunst, 1987). Nos trabalhos referidos torna-se cada vez mais evidente a dificuldade em gerir tão grande informação e confrontar fases de construção e fases de ocupação. Na verdade, o elemento que mais marcou o estudo recente do povoado do Zambujal não foram os estudos de materiais mas a reconstituição paleo-ecológica do vale do Sizandro (Kunst, 1990; Hoffman, 1988, 1991, 1994) denunciando uma realidade já avançada por Suzanne Daveau.

O avanço da investigação dos povoados calcolíticos na Estremadura é pautado por alguns trabalhos de excepção, como sucedeu em **Liceia**, sítio conhecido desde os inícios, revisitado inúmeras vezes desde a sua identificação, mas que só presencia um processo de investigação sistemático desde inícios dos anos 80.

É com base nos materiais de prospecção que João Cardoso inicia a nova investigação em Liceia que suscita já a publicação de vários artigos e estudos monográficos (Cardoso, 1989; Cardoso, Cunha e Aguiar, 1991; Cardoso, 1994, 1997) cuja maior contribuição foi o balizamento cronológico (relativo e absoluto) do IV e III milénios a.C. na Península de Lisboa. Resta ainda muito por publicar após mais de dez anos de consecutivas escavações mas apesar das enormes lacunas é inquestionável que o trabalho aqui realizado foi decerto dos mais relevantes projectos para o conhecimento dos povoados fortificados e do Neolítico final-Calcolítico da Estremadura.

Igualmente prometedores pareceriam os novos dados das escavações efectuadas em **Olelas**, também um sítio centenário, mas com as campanhas de escavações de Ludgero Marques Gonçalves praticamente inéditas (Gonçalves, J., 1990-92).

Sítios que não tinham a pesada história dos anteriormente referidos acabaram por ter fins semelhantes a tantos outros projectos começados e abandonados ao longo do século XX. A escavação no **Penedo do Lexim** é despoletada por uma ameaça física ao sítio (em 1970, António Pedroso Ferreira identificou a ameaça ao sítio arqueológico do Penedo do Lexim, dando notícia dos trabalhos de uma pedreira que pôs a descoberto materiais arqueológicos, evidenciando um primário corte), seguida por uma acção de emergência por José Morais Arnaud, Vasco Salgado de Oliveira e Vítor de Oliveira Jorge. O resultado desta intervenção foi publicado em 1971. Após várias incursões clandestinas e de contínuos trabalhos de destruição pela pedreira, foi efectuada uma campanha de escavação em 1975, publicada nesse mesmo ano (Arnaud, 1974-77) e uma curta intervenção para a obtenção de amostras de termoluminiscência (Whitle e Arnaud, 1975). Desde essa altura que este sítio arqueológico permaneceu num *limbo* de investigação, aguardando a correcta publicação das duas campanhas de escavação aqui realizadas, e a prossecução de novos trabalhos naquele que é o mais importante sítio arqueológico do concelho de Mafra e um dos mais significativos povoados da Península de Lisboa.

2. Os povoados abertos

Contrariamente à longa história de investigação dos povoados fortificados, os trabalhos realizados em povoados abertos do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa (e até mesmo do Centro e Sul de Portugal) são ainda muito limitados.

Durante largo período, foram noticiados sítios de superfície que pelas suas características indicariam estas realidades. Por exemplo, os trabalhos de Vergílio Correia permitiram a obtenção de alguns elementos que caracterizam uma realidade hoje quase irremediavelmente perdida: a ocupação pré-histórica dos sítios da cidade de Lisboa mais tarde retomados por Irisalva Moita e recentemente por J. L. Cardoso e Roque Carreira.

O sítio da Parede constituiu uma excepção ao panorama das investigações, quer pelo tipo de metodologia utilizada (introdução do método Wheeler por Cunha Serrão), pela continuidade dos trabalhos aqui desenvolvidos. Os problemas de leitura estratigráfica deste povoado não impediram que este fosse o sítio éponimo de um “horizonte” cultural (Gonçalves, V., 1995), paradigma de um conjunto de povoados de superfície.

Na verdade, é somente nos anos 70 que se intensificam os trabalhos arqueológicos em extensão em povoados abertos como os da área de Sines, estudados por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

Parede, Alto do Dafundo (Gonçalves, J. e Serrão, 1978; Gonçalves, J., 1978) e Liceia são ainda excepções ao panorama arqueológico estremenho.

A generalidade dos sítios é referida genericamente como “povoado aberto”, com a publicação de materiais de superfície – como sucedeu para o Alto do Montijo, na área de estudo, escavações preliminares – caso do Penedo da Cortegaça.

Para Negrais pode ser referido um número apreciável de títulos publicados, nos finais dos anos 50 e mais tarde numa série de artigos de Cunha Serrão e Prescott Vicente, publi-

cados nos anos 80. Apesar da extensão dos artigos, que documentam realidades muito importantes como a dispersão do povoamento, o levantamento gráfico das manchas de lapiás e a publicação de materiais arqueológicos, trata-se fundamentalmente de dados descontextualizados, usando circunstancialmente leituras dos cortes das pedreiras.

3. Megalitismo funerário e não funerário

“o fenómeno peninsular de maior impacto na investigação arqueológica mundial, ao nível do pós-glaciar, e antes do mundo clássico, resume-se ainda hoje à origem e evolução do megalitismo”

Gonçalves, V., 1989

O megalitismo foi uma das expressões da arqueologia pré-histórica que mais cedo foi investigado (por vezes mesmo cedo de mais) procedendo-se precocemente a inventariação de muitos dos monumentos megalíticos, muitas vezes citados em documentos antigos (Azevedo, 1906). Na área de Sintra os monumentos megalíticos constituem a larga maioria dos sítios pré-históricos escavados.

O interesse pelos monumentos megalíticos da área de Sintra é muito antigo, acompanhando os primórdios da investigação arqueológica em Portugal. Pereira da Costa, Possidónio da Silva são alguns dos investigadores que noticiam antas na Serra de Sintra, constituindo mesmo o monumento de Adrenunes um dos mais antigos monumentos classificados (Silva, 1878). Também os trabalhos de Maximiano Apollinário (1897) nos *tholoi* de S. Martinho se revelam muito importantes por constituírem o primeiro caso deste tipo de monumentos na área da Península de Lisboa.

A publicação de *Os Monumentos Megalithicos das visinhas de Bellas* por Carlos Ribeiro em 1880 irá condicionar definitivamente os rumos da investigação regional e do próprio megalitismo peninsular. Esta obra é sem dúvida uma das mais bem documentadas (em termos gráficos mas também nas descrições de contextos) no panorama arqueológico de então, tendo um impacto considerável na imprensa arqueológica (e não arqueológica).

O estudo realizado por Carlos Ribeiro sobre as antas **Pedra dos Mouros, Monte Abraão, Estria, Aqualva, Monge**, as referências ao **Fojo, Batalhas, Adrenunes** e à gruta artificial da **Folha das Barradas** constitui uma massa documental de incontestável importância. Descrevem-se estruturas, interpretam-se contextos deposicionais, realiza-se a descrição de materiais e estabelecem-se alguns quadros interpretativos genéricos.

O reduzido número de antas conhecidas na área de Lisboa faz deste conjunto o ponto essencial para a reconstituição do que poderia ter sido o megalitismo dolménico numa área de antropização acelerada (conforme pode ser verificado pelas descrições de Carlos Ribeiro que se depara com situações de destruição eminente) e onde eram frágeis as matérias primas utilizadas.

O impacto do megalitismo de Sintra foi também potenciado pela reprodução de algumas figuras e excertos da obra de Carlos Ribeiro em obras de grande divulgação como as *Religiões da Lusitania* de Leite de Vasconcellos (1897). São particularmente citados os artefactos votivos de calcário destes monumentos. Em inícios do século o estudo que L. Siret

realiza acerca das necrópoles do Sudeste incluí inúmeras ilustrações de artefactos dos monumentos referidos (Siret, 1908).

Em simultaneidade aos trabalhos de Carlos Ribeiro em Sintra, Estácio da Veiga empreende algumas tentativas de identificação de antas na área de Mafra. Com esse objectivo visita alguns dos sítios com topónimos sugestivos. Os trabalhos de “prospecção” de Estácio da Veiga são circunstanciais (Veiga, 1879), centrados na área envolvente ao Penedo do Lexim (freguesia de Igreja Nova, margem direita da Ribeira de Cheleiros). Não encontra nenhum monumento megalítico mas insiste na presença de um *trilitho* nas imediações do Penedo do Lexim. Também regista um menir junto à ermida de S. João das Covas, actualmente destruída.

Curiosamente um dos dois locais que visita para procurar monumentos megalíticos é Anços (povoado do Calcolítico final e provavelmente do Neolítico final nas imediações de afloramentos e de alguns monólitos que se assemelham com menires) salientando as pedras existentes (“que bem podem ter pertencido a antas ha muito destruídas, ou serem meramente desagregações da rocha dominante”, p. 15) e os materiais arqueológicos (“pedras de raio”).

O segundo momento de renovação do estudo do megalitismo da região é impulsionado pelo estudo realizado por Georg e Vera Leisner (1965) que publicam sistematicamente todos os materiais e antas de antigos trabalhos arqueológicos.

Além deste notável trabalho de compilação, Vera Leisner juntamente com investigadores dos Serviços Geológicos realiza estudos monográficos com um rigor de registo exemplar: Trigache e A-da Beja (Leisner, Ferreira e Ribeiro, 1956) e estudos dedicados a S. Pedro do Estoril (Leisner, Paço e Ribeiro, 1969), Casal do Pardo (Leisner, Zbyszewski e Ferreira, 1961), Praia das Maças e Casaínhos (Leisner, Zbyszewski e Ferreira, 1969).

Esporadicamente são retomados alguns monumentos como o estudo sobre o Monge, a Aqualva.

São relativamente escassos os monumentos descobertos na área de Sintra após os trabalhos de Carlos Ribeiro. Sítios como a Samarra (França e Ferreira, 1959), Aqualva (Ferreira, 1953), Bela Vista (Ferreira [et al.], 1961), Pedras da Granja (Zbyszewski [et al.]; 1977) e Titularia (Cardoso, Leitão e Ferreira, 1987, Cardoso [et al.], 1996) correspondem a diversos episódios da investigação empreendida pelos Serviços Geológicos nesta região.

Com esta longa história de investigações, este panorama de antropização do espaço existe ainda nova informação como parece evidente pelos trabalhos no monumento da Praia das Maças tornando evidente a situação de sobreposição de monumentos (Gonçalves, V., 1978b; 1982-83) e a identificação de novos monumentos (*tholos* da Várzea, em estudo por Victor Gonçalves e Teresa Simões). Parece evidente que é falsa a imagem de que tudo está concluído no megalitismo da área.

4. A questão campaniforme

O “fenómeno” campaniforme tem sido objecto de inúmeras publicações, compreendido sob as mais diversas perspectivas, desde *épocas históricas* da actividade arqueológica. A história das diferentes teorizações sobre este fenómeno assume tal importância que pode ser um guia de leitura da evolução do pensamento arqueológico europeu. Raras vezes um artefacto pré-histórico terá assumido uma tão forte significação paradigmática, como *fóssil*

indicador por excelência, clássico normativista. As diversas alternativas de interpretação foram adequadas às correntes do pensamento arqueológico.

O estudo do campaniforme surge primeiramente como elemento indistinto da pré-história recente europeia mas cedo se tornou no único elemento caracterizador do Calcolítico Peninsular e depois no seu elemento periodizante (antes e depois do campaniforme...). Rapidamente o campaniforme ganha identidade própria e é-lhe associada uma cultura relacionada com uma etnia, com uma elite social, com um grupo migrante ou simplesmente como a expressão de uma comunidade.

Estas linhas de pesquisa originaram diversos tipos de abordagem, desde a escola normativista que procura classificar à exaustão as culturas materiais procurando entender “culturas arqueológicas”, à construção de largos modelos explicativos (*middle range theory*) tão do agrado das correntes processuais.

Em Portugal a questão do campaniforme também marcou uma época da história da arqueologia. Cedo foram identificados muitos dos sítios fundamentais e demasiado cedo foram escavados. As publicações foram mais ou menos constantes seja através de *corpus* de sítios campaniformes (Ferreira, 1967) ou pela simples publicação de sítios. A informação também suscitou algumas tentativas de interpretação tanto dos contornos estilísticos e normativos da forma e decoração campaniforme (Leitão [et al.], 1978) ou pela compreensão de fenómenos locais (Soares e Silva, 1974-77) ou ainda pelos trabalhos de síntese (Harrison, 1977, 1980). Apesar disto nos anos 90 (e mesmo os anos 80) este problema foi muito pouco estudado em Portugal, embora pressupondo que estamos longe do fim do debate (Jorge, 1989; Senna-Martinez, 1990, 1994; Gonçalves, V., 1994).